

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Xadrez

Rubens Salomão | xadrez@ohoje.com.br

Fim de papo

Não foi coincidência a mudança de ciclo político no estado e a retirada do conselheiro do TCE, o marconista Edson Ferrari, do Conselho. Questionado, Hailé se esquivou: “Nós nunca conversamos sobre política”.



IMPASSE

Duodécimo pode parar na Justiça

Reunido entre os chefes do Executivo e do Legislativo devem acontecer na próxima segunda-feira

Reportagem de
Rafael Duarte

Quando o presidente Jair Bolsonaro assinou o Decreto 10.743, em 15 de maio, ele deu início ao processo de extinção do 12º Distrito Federal. A medida foi alvo de críticas da oposição e da imprensa. O presidente defendeu a medida, afirmando que se trata de uma reforma necessária para melhorar a gestão pública e reduzir custos. No entanto, a medida não foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que fosse julgado. O STF decidiu que a medida é inconstitucional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF novamente. O STF decidiu que a medida é inconstitucional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF novamente.



Presidente diz que não pretende recorrer ao STF, mas cobra uma decisão mais rápida

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que não pretende recorrer ao STF, mas cobra uma decisão mais rápida. Ele afirmou que a medida é necessária para melhorar a gestão pública e reduzir custos. No entanto, a medida não foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF para que fosse julgado. O STF decidiu que a medida é inconstitucional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF novamente.

Em uma reunião com o Conselho de ministros, Bolsonaro afirmou que não pretende recorrer ao STF, mas cobra uma decisão mais rápida. Ele afirmou que a medida é necessária para melhorar a gestão pública e reduzir custos. No entanto, a medida não foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF para que fosse julgado. O STF decidiu que a medida é inconstitucional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF novamente.

Em uma reunião com o Conselho de ministros, Bolsonaro afirmou que não pretende recorrer ao STF, mas cobra uma decisão mais rápida. Ele afirmou que a medida é necessária para melhorar a gestão pública e reduzir custos. No entanto, a medida não foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF para que fosse julgado. O STF decidiu que a medida é inconstitucional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF novamente.

Em uma reunião com o Conselho de ministros, Bolsonaro afirmou que não pretende recorrer ao STF, mas cobra uma decisão mais rápida. Ele afirmou que a medida é necessária para melhorar a gestão pública e reduzir custos. No entanto, a medida não foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF para que fosse julgado. O STF decidiu que a medida é inconstitucional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF novamente.

Em uma reunião com o Conselho de ministros, Bolsonaro afirmou que não pretende recorrer ao STF, mas cobra uma decisão mais rápida. Ele afirmou que a medida é necessária para melhorar a gestão pública e reduzir custos. No entanto, a medida não foi aprovada pelo Congresso Nacional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF para que fosse julgado. O STF decidiu que a medida é inconstitucional, o que levou Bolsonaro a recorrer ao STF novamente.

AUMENTO DE 21%

Reajuste do Ipagso é criticado

Reportagem de
Rafael Duarte

O Conselho Deliberativo do Instituto de Aposentados do Brasil (CIBAB) criticou o reajuste de 21% do Ipagso. O reajuste foi considerado insuficiente para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. O CIBAB afirmou que o reajuste não cobre o aumento da inflação e dos custos administrativos. O reajuste também não leva em consideração o aumento da expectativa de vida dos aposentados. O CIBAB afirmou que o reajuste não cobre o aumento da inflação e dos custos administrativos.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Aposentados do Brasil (CIBAB) criticou o reajuste de 21% do Ipagso. O reajuste foi considerado insuficiente para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. O CIBAB afirmou que o reajuste não cobre o aumento da inflação e dos custos administrativos. O reajuste também não leva em consideração o aumento da expectativa de vida dos aposentados. O CIBAB afirmou que o reajuste não cobre o aumento da inflação e dos custos administrativos.

O Conselho Deliberativo do Instituto de Aposentados do Brasil (CIBAB) criticou o reajuste de 21% do Ipagso. O reajuste foi considerado insuficiente para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. O CIBAB afirmou que o reajuste não cobre o aumento da inflação e dos custos administrativos. O reajuste também não leva em consideração o aumento da expectativa de vida dos aposentados. O CIBAB afirmou que o reajuste não cobre o aumento da inflação e dos custos administrativos.

HC - Hospital de Clínicas
Pneumologia
MISCU

inter
O inter é a maior rede de distribuição de conteúdo digital do Brasil. Oferece acesso a milhares de livros, revistas, jornais e documentos em PDF. É uma plataforma segura e confiável para quem deseja ler e aprender online.



Fio Direto

SUELY ARANTES

arantes.sueli@gmail.com

Linha Cruzada

- A OVG vai entregar cobertores a representantes dos 246 municípios goianos, Diretoria-Geral de Administração Penitenciária e unidades do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Desenvolvimento Social, hoje, às 10 horas, no pátio da instituição
- A distribuição dos 40 mil cobertores faz parte da Campanha Aquecendo Vidas. Participam do evento o governador Ronaldo Caiado, a presidente de honra da OVG, Gracinha Caiado, e a diretora-geral, Adryanna Caiado
- O presidente da Agehab, Eurípedes do Carmo, participará amanhã, em São Paulo, de discussões sobre o enfrentamento ao déficit habitacional.
- Coordenada pela Associação Brasileira de Cohabs (ABC), a reunião vai apresentar experiências e iniciativas de Cohabs e Agências para serem protagonistas no enfrentamento do problema habitacional.



Aumento de 21% do Ipasgo é abusivo, afirma Darrot

DA REDAÇÃO

O presidente do PSDB Goiás, Jânio Darrot, afirmou não concordar com o aumento anunciado pelo Governo de Goiás de 21% na contribuição do Ipasgo. “É abusivo. Não é justo com os servidores, que ainda estão sob o efeito de anos de crise econômica pela qual o Brasil foi submetido”, frisou.

Darrot afirmou que os governos do PSDB recuperaram o Ipasgo e proporcionaram atendimento de qualidade durante as gestões. “Sem onerar o bolso dos servidores”, sublinhou.

De acordo com o presidente do PSDB, o respeito aos servidores sempre pautou as decisões nos quase 20 anos em que o partido esteve à frente do governo estadual.



Jânio Darrot: defesa dos servidores